

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Centro Comercial STOP, localizado na rua do Heroísmo, no Porto, tornou-se nas últimas décadas num espaço cultural com características únicas. Com mais de uma centena de salas de ensaio e estúdios de inúmeros artistas, foi considerado, em 2015, um dos "ecossistemas culturais mais interessantes da cidade", nas palavras do então vereador da cultura, Paulo Cunha e Silva. O próprio Presidente da Câmara do Porto, numa entrevista em 2019, tinha afirmado aquilo que é amplamente reconhecido: o STOP "é um património muito importante para a cidade, é ali a fábrica de música do Porto (...) Queremos que aquilo fique ali. É um sítio mítico da cidade."

As declarações públicas, no entanto, não impediram que a cidade do Porto fosse surpreendida na manhã de 18 de julho por uma ação policial no Centro Comercial STOP. A maioria dos utilizadores, dos inquilinos e dos proprietários não foi notificada previamente. E durante a ação policial, não foi exibido o despacho que a suportava. Conforme se podia ler nos avisos colados nas portas, os espaços foram selados pela Câmara Municipal do Porto com suporte no despacho NUD/389310/2023/CMP de 21/06/2023 do Vereador do Pelouro das Finanças, Atividades Económicas e Fiscalização. Os músicos ficaram, assim, sem acesso direto às salas e ao seu material de trabalho: só através de requerimento e acompanhados pela Polícia puderam reaver os seus bens.

Estes agentes culturais têm-se manifestado e recebido mensagens e gestos de solidariedade. Fruto disso, a Câmara Municipal do Porto acabou por recuar, aceitando discutir com a Associação Alma Stop e com a Associação Cultural de Músicos do Stop, a fim de reabrir os espaços, com restrições provisórias, ao nível de horários e das garantias de segurança do edifício, nomeadamente ao nível da prevenção de incêndio.

No entendimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, para além do envolvimento do Município do Porto, das associações representativas dos agentes culturais e dos lojistas, do condomínio e dos proprietário, pela relevância artística deste espaço, o Ministério da Cultura deve não só ter uma palavra a dizer, mas também intervir de forma a assegurar a continuidade

do Centro Comercial STOP como pólo cultural.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, a seguinte pergunta:

O Ministério da Cultura está disponível para, em conjunto com a Câmara Municipal do Porto e com os agentes culturais e demais interessados, encontrar soluções técnicas e financeiras que garantam a continuidade do Centro Comercial STOP como pólo cultural?

Palácio de São Bento, 31 de julho de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)